

# O lazer na formação de agentes sociais do programa esporte e lazer da cidade - Brasil\*

Hélder Ferreira Isayama\*\*

Antonio Jorge Gonçalves Soares\*\*\*

## Introdução

A diversidade social faz com que a convivência seja complexa e frequentemente envolva conflitos. Entretanto, para que a sociedade possa existir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Dessa forma, a política surge como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (Ruas, 1997). Esses pressupostos indicam que a política está mais presente em nossas vidas do que podemos imaginar, pois a todo o momento necessitamos gerar “acordos” diante de situações de impasse ou divergência de interesses.

Observemos que as políticas públicas são resultantes da atividade política e compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores (Rua, 1997). Elas representam a atuação do

---

\* Trabalho resultante da pesquisa intitulada “Currículo e políticas sociais de esporte e lazer: análise da formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade” e desenvolvida no Estágio pós doutoral realizado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Pós Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil. Docente do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Líder do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer - Oricolé da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do LABEC, UFRJ e do GPL, Unimep. Bolsista de Pós Doutorado da Faperj e do Programa de Pesquisador Mineiro da Fapemig. [helderisayama@yahoo.com.br](mailto:helderisayama@yahoo.com.br)

\*\*\* Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho, Brasil. Realizou estágio Pós Doutoral na Universidade do Porto-FADE-UP. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ. Líder do LABEC-UFRJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. [ajgsoares@gmail.com](mailto:ajgsoares@gmail.com)

Estado e são revestidas pelo caráter soberano do poder público e isto significa que as políticas públicas são ‘públicas’ e não privadas ou apenas coletivas, e sua dimensão pública tem relação com esse seu modo imperativo.

Para Munhoz (2008) em relação à finalidade das políticas públicas, elas se destinam a modificar certas características do tecido social que as autoridades públicas julgam necessário proteger frente a ameaças ou a alterar o estado de determinado direito, tornando-o mais satisfatório.

Além disso, não podemos esquecer que falar em política é pensar em práticas coletivas e cotidianas, articuladas por valores, finalidades, desafios, sonhos individuais e coletivos que variam de acordo com os projetos de sociedade e o momento histórico (Pinto, 2006). Ou seja, as políticas públicas tem uma intencionalidade, sendo permeadas por diversos interesses e visões de mundo e apresentam uma conexão com os processos de construção do conhecimento e produção dos sujeitos.

Na esfera das políticas públicas de esporte e lazer, a situação não é diferente. Apesar da importância que esses bens culturais adquiriram nas últimas décadas na agenda do Estado, percebemos, ainda, movimentos políticos que sustentam ações governamentais baseadas no controle social, na promoção do esporte seletivo e no investimento no terceiro setor como alternativa à ineficiência da administração pública.

Ressaltando o crescimento do interesse pelo poder público de organização do lazer enquanto possibilidade mais democrática. Observemos que no transcorrer das últimas décadas, as discussões sobre as políticas públicas de lazer veem se destacando como temática ligada à cidadania, participação popular, reivindicações sociais e como uma forma de contribuição na superação das desigualdades sociais (Isayama y Linhales, 2006).

Entretanto é preciso considerar que essas políticas de esporte e lazer não podem ficar restritas a elaboração de documentos com “boas intenções” levando a construção de princípios de gestão que acabam se transformando em discursos vazios por não considerarem a realidade dos municípios brasileiros.

O fato é que as experiências brasileiras com políticas de esporte e lazer desafiam-nos a estudar essas práticas considerando que muito temos a fazer para que esse direito seja garantido a todos os cidadãos, independente de sua idade, gênero, etnia, grupo social, condições econômicas e culturais, entre outros aspectos, de uma forma democrática e que atinja a plenitude desse fenômeno social.

Tavares, Schwartz, Figueiredo e Palhares (2012) demonstram a ampliação de estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer, influenciada, principalmente, pelos investimentos da Rede Cedes, do Ministério do Esporte.<sup>1</sup> No entanto, Peres (2013) salienta que apesar do aumento ainda temos a necessidade de estudos que busquem olhares diferenciados sobre a organização dessas políticas com uma análise teórica aprofundada para que avancemos em relação ao incremento de experiências com pressupostos mais delineados. Reconhecemos que vivemos, hoje, a necessidade do crescimento da produção e socialização de conhecimentos sobre o esporte e lazer, sendo nosso maior desejo a interação das teorias com as práticas vividas, destacando-se, entre elas, as políticas públicas. Dos anos de 1990 aos 2000, tal desafio tem requerido novas reflexões, ações, consciência, ética dos envolvidos, bem como clareza e coerência dos fins e meios de implementação política e, particularmente seus pressupostos e diretrizes, formas integradas de gestão e de avaliação das ações realizadas, fato que gerou mudanças nas políticas de esporte e lazer dos últimos anos.

A ação de políticas públicas e sociais que foi analisada nesse estudo é o Programa Esporte e Lazer da Cidade que tem como objetivo democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer, bem como reconhecer e tratar esses temas como direito social. O Programa acontece a partir da implantação de Núcleos de Esporte e Lazer em municípios brasileiros, nos quais são realizadas oficinas (atividades sistemáticas)

---

<sup>1</sup> A Rede Cedes foi criada pelo Ministério do Esporte no ano de 2003 e integra o conjunto de ações do Programa esporte e Lazer da Cidade (PELC) e é direcionada para o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. Conta com a participação de diferentes instituições de ensino superior brasileiras e tem como objetivo a produção e difusão de conhecimento fundamentados no campo das ciências humanas e sociais e com vistas a qualificação das Políticas Públicas de esporte recreativo e de lazer.

e eventos (atividades assistemáticas) com o objetivo de ampliação das linguagens de esporte e lazer no contexto das comunidades. As ações são desenvolvidas por coordenadores e agentes sociais de esporte e lazer contratados pelos convênios que podem ser profissionais ou estagiários de diferentes áreas, com destaque para a educação física e/ou líderes e agentes da própria comunidade.

Nesse desenho da política pública uma ação do Programa Esporte e Lazer na Cidade é a Formação dos Agentes Sociais. Compreende-se que esses agentes sociais são protagonistas no desenvolvimento e na implantação da política e por essa razão a formação visa qualificar a execução, no sentido de construir junto à população atendida uma relação autônoma, crítica e protagonista no campo do esporte e do lazer. A formação vem sendo realizada por formadores selecionados pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Ministério do Esporte de forma modular: módulo introdutório, formação em serviço e módulos de avaliação (1 e 2).

A formação deve, obrigatoriamente, ser realizada de forma modular, garantindo, no mínimo:

I. Módulo Introdutório - 32 horas para Funcionamento de Núcleos PELC (Urbano e Rural) e do Vida Saudável:<sup>2</sup> deve ser organizado para acontecer no período de preparação que antecede o início das atividades. Sugere-se que ocorra com os agentes e coordenadores pré-selecionados, antes da contratação efetiva, sendo um dos critérios para a mesma. Podem participar também outros profissionais que, de alguma forma, estejam relacionados à política local de esporte e de lazer, desde que respeitados os limites máximos, conforme orientações abaixo.

II. Módulo de Aprofundamento/Formação em serviço: deve ocorrer durante todo o período de duração do convênio com reuniões semanais para estudo, troca de idéias, planejamento, palestras e oficinas, com

---

<sup>2</sup> A partir de 2012 o Vida Saudável, que era um formato de núcleo do PELC passa a ser um outro programa com os mesmos objetivos, mas que atende sujeitos com mais de 45 anos. Além disso, os conteúdos da formação para esse novo Programa tem passado por alterações, na busca de focalizar o conhecimento da realidade e do público atendido.

todos os envolvidos com o Programa, sob responsabilidade de organização, financiamento e realização da entidade conveniada.

III. Módulo de Avaliação - 32 horas, realizado no decorrer do processo: 16h no sexto mês e nos dois últimos meses de execução do convênio as outras 16h.

Os conteúdos desenvolvidos nesse processo de formação se relacionam as questões referentes aos princípios e diretrizes do programa, aos conceitos (esporte, lazer, cultura, políticas públicas e sociais, animação cultural, dentre outros) e as metodologias de trabalho (educação popular, planejamento das atividades, etc.). Participam dessas formações os gestores, coordenadores e agentes sociais dos convênios firmados, que podem ser formados ou estagiários de diferentes áreas do conhecimento, bem como agentes oriundos das próprias comunidades onde o projeto é desenvolvido. Em geral sujeitos que tem alguma liderança na comunidade ou que tem conhecimento sobre alguma manifestação cultural e que pretende desenvolver ações na perspectiva do esporte e do lazer.

Essas questões nos fazem pensar que o Programa Esporte e Lazer da Cidade tem um currículo, partindo da compreensão de currículo como um texto cultural de ordenação simbólica do mundo, um artefato sempre envolvido com relações de poder, é fundamental compreender as relações entre currículo e políticas sociais com a intenção de compreender que tipo de conhecimentos se ensina e que sujeitos pretende-se formar.

Segundo Paraíso um currículo não se apresenta somente nas políticas curriculares das escolas e universidades, mas circula por vários espaços, percorre os, move se neles e atravessa-os. Currículo se materializa e acontece também nas salas de aula, nas bibliotecas, nos museus, nas propostas político pedagógicas, na Internet, nos jogos, na mídia, no cinema, na música, no cotidiano e nas práticas de lazer (Paraíso, 2010). Portanto, um currículo está presente no contexto das políticas sociais de esporte e lazer, o que abre um campo de possíveis interseções entre políticas sociais nesse campo e currículo.

Nesse contexto, as questões que orientam essa proposta de pesquisa são: Como o Programa Esporte e Lazer da Cidade pode ser objeto de estudo do currículo e como esse processo acontece? Quais as compreensões sobre de lazer estão presentes no currículo do PELC? De que maneira o lazer é trabalhado nos programas de Formação de agentes sociais do Programa?

Nesse contexto, o objetivo desse texto foi analisar o currículo das formações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte, buscando identificar o conteúdo trabalhado, a partir do debate sobre os conceitos de Lazer.

### **Procedimentos metodológicos**

Este estudo combinou as pesquisas bibliográfica e documental. O *currículo* e as *políticas públicas* foram os temas selecionados para a pesquisa bibliográfica e o levantamento bibliográfico foi feito nos sistemas de biblioteca digital da UFMG e no Sistema de bibliotecas da UFRJ, bem como nos sites de busca acadêmica e no portal de periódicos CAPES.

A pesquisa documental foi realizada com base em fontes escritas e documentos, que são os programas de formação desenvolvidos por formadores bolsistas contratados pela UFMG e pelo Ministério do Esporte. O período de coleta de dados foi de janeiro a agosto de 2012, totalizando 86 Programas analisados. Esse período foi selecionado porque inclui os programas entregues até o início da coleta de dados da pesquisa.

O acesso e a utilização dos documentos foram solicitados ao Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Minas Gerais, instituições brasileiras parceiras no desenvolvimento da formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). A parceria entre UFMG e Ministério do Esporte instituiu um modelo para a confecção dos Programas de curso, com itens relacionados a identificação da formação, objetivos, programação, metodologias, avaliação, referências, roteiro para visita técnica dos agentes sociais e informações adicionais, dentre outros elementos que ajudaram na análise dos dados.

Por fim, o tratamento dessas informações foi baseado na técnica de análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (1988) que assinala três fases distintas. Na pré-análise organizamos o material coletado, mediante a formatação dos programas e da leitura do material e destacamos o aparecimento das palavras lazer e esporte em todo material analisado.

Na segunda etapa, de descrição analítica, realizamos um estudo aprofundado do conteúdo dos trechos selecionados, buscando embasamento teórico, bem como procurando realizar sínteses quanto à coincidência e à divergência de ideias entre os programas analisados. Nessa etapa elegemos algumas categorias que puderam auxiliar a análise, tais como: objetivos; conteúdos, avaliação, referências; conceitos de lazer e esporte.

Na última etapa, de interpretação referencial, analisamos o conteúdo dos trechos selecionados, relacionando as informações obtidas com o contexto social e procurando identificar tendências e influências no desenvolvimento dos programas analisados.

### **Currículo e políticas públicas de esporte e lazer: possibilidades de relações**

Pensando no contexto brasileiro, em que momento as questões referentes ao esporte e ao lazer passam a ser de interesse da atuação governamental? Alguns estudos (Linhales, 1996; Veronez, 2005) demarcam a década de 30 como o período de entrada dos interesses do Estado no esporte. Pode-se constatar, fundamentalmente no Séc. XX, a presença da atuação do Estado ao longo da história do país no que se refere ao setor de esporte e lazer. Linhales (1996) analisou o esporte enquanto um elemento constitutivo das relações políticas que se estabeleceram entre o Estado e a Sociedade. A autora constatou a frágil condição do esporte como direito social no Brasil e a ausência de projetos igualitários e redistributivos, apontando o “Serviço de Recreação Operário” e o programa “Esporte para Todos” como grandes movimentos que representaram o caráter de tutela da ação do Estado no setor esportivo. O estudo aponta, ainda, as possibilidades de relação entre o esporte e lazer, entendendo que o esporte, em diferentes momentos, pode ser

desenvolvido na perspectiva do lazer.

Especificamente no Estado de Minas Gerais, o estudo de Rodrigues *et al.* (2011) nos revela que foi durante a década de 20 que surgiram as primeiras aproximações entre Estado e o esporte:

É importante destacar que, a partir desses gestos preliminares aos quais devem estar dispostos os historiadores, pudemos observar que nos diferentes momentos vividos pelas políticas públicas de esportes em Minas, o seu foco não esteve ligado somente a práticas especificamente esportivas, mas a um conjunto de ações voltadas para a educação do corpo, representado pela cultura física, a educação física, a recreação, o lazer e o esporte. (...) As fontes nos dão pistas que remetem a um período anterior ao marco inicial da pesquisa, sugerindo que uma primeira intervenção do Estado em prol da prática de exercícios físico e esportivos de forma sistematizada, foi destacada em Minas em 1927, com instituição da Inspetoria de Educação Física pela Reforma do Ensino Primário, que previa não só programas de atividades para as crianças, como também a criação de espaços específicos para suas práticas e a formação de pessoal especializado para nelas atuar (p. 3).

Mesmo que possamos rastrear os indícios de afirmação do esporte como direito no passado, não podemos deixar de indicar que o marco que diz respeito à efetivação do direito social ao esporte e ao lazer se deu na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Antes disso, não havia um registro na lei que deixasse claro o entendimento do esporte e do lazer como direitos sociais, além dos princípios de organização política introduzidos que possibilitaram avanços em direção a um modelo mais universalista e igualitário, fortalecendo o caráter redistributivo das políticas sociais<sup>3</sup>. As inovações introduzidas pela CF/88 se processaram em três vertentes principais: a descentralização político-administrativa, a participação da sociedade e uma nova relação entre Estado, setor privado e privado não lucrativo.

---

<sup>3</sup> Segundo Medeiros (2001), as políticas sociais de caráter redistributivo são organizadas tendo como base princípios de autofinanciamento e distribuídas por critérios particularistas, isso não só limita o universo de beneficiários como também torna os gastos sociais regressivos.



As mudanças contidas na Constituição Federal de 1988 também apontaram para uma maior responsabilidade dos municípios quanto à formulação e execução das políticas sociais, apesar de não anunciarem de forma clara quais seriam os mecanismos para a real efetivação dessas políticas. Menicucci (2006) destaca que:

A indefinição constitucional, ao deixar em aberto a questão da regulamentação do direito ao lazer por meio de uma não – decisão, tem fortalezas e debilidades, pois ao mesmo tempo em que gera ambiguidades e diferenciações nas ações governamentais voltadas para o lazer que estão sendo desenvolvidas, propicia, por outro lado, um amplo espaço para a criatividade e inovação. Entender a lógica e os processos que levam a estruturação de uma política podem, assim, contribuir para a formatação de diretrizes e princípios para uma política nacional de lazer inovadora (p. 160).

Diferente de outros direitos, na CF/88 não foram definidos princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que deveriam orientar a concretização do direito ao lazer. Fica evidente, também, que não existe uma definição dos papéis dos estados e da união nesse processo, mas foi fundamental o reconhecimento do esporte e do lazer como manifestações socioculturais historicamente construídas, como elementos que compõem os direitos sociais. E sendo assim, passa a caber ao Estado a responsabilidade de desenvolver políticas sociais que garantam sua concretização. Entretanto, Gomes; Pinto (2009) nos alertam que o crescimento do lazer como campo de intervenção de ações governamentais apresenta, tanto políticas que reconhecem o lazer como direito, quanto políticas de controle social.

Nesse sentido, Gomes (2003) nos esclarece que com a universalização dos direitos dos trabalhadores, que envolve os repousos diários, semanais e férias, foi sendo ampliada a preocupação com a maneira de se ocupar e organizar as horas de lazer da população. Essas ações visavam restaurar o equilíbrio biológico e promover a integração dos trabalhadores. Por isso, foi propaganda a ideia de que os momentos de lazer deveriam ser racionalmente organizados e dessa forma, o controle do tempo pode representar um mecanismo de controle social.

Por isso, compreendemos que, ao implementar qualquer política, o poder público utiliza de um determinado currículo para formar um determinado tipo de sujeito a partir de suas decisões e de uma pedagogia. Assim, uma dessas possibilidades de materialização da atividade política são os Programas de esporte e lazer que, de forma geral, são propostas que carregam diretrizes que revelam objetivos e funções sociais. De toda forma, devemos ressaltar a pequena quantidade de estudos que façam uma relação dos currículos presentes em diversas políticas públicas, sobretudo, nas relativas ao esporte e lazer.

Portanto, uma possibilidade de interlocução é apresentada por Paraíso (2010) quando discorre sobre a aproximação entre o lazer e as teorias do currículo a partir dos aportes culturais e no caso dessa pesquisa podemos falar das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Deste modo, percebemos que essa ligação pode ser muito produtiva já que tanto Políticas de Esporte e Lazer quanto o currículo se deparam com questionamentos sobre o que denotam e para o que devem convir. É necessário destacar que apesar de tangencial existe uma discussão sobre o esporte e lazer no campo curricular porque há uma série de investigações sobre currículo que tem pesquisado alguns artefatos culturais usualmente considerados como objetos ou práticas de lazer.

O currículo é visto como um conjunto de práticas culturais produtivas que participam das disputas culturais contemporâneas para a produção de determinados discursos. E, ao imaginarmos um currículo como texto ou discurso, identificamos nele enunciações, conceitos, posições de sujeito, relações de poder e seus significados.

Segundo Paraíso (2010) um currículo não se apresenta somente nas políticas curriculares das escolas e universidades, mas circula por vários espaços, percorre os, move se neles e atravessa os. Para a autora, um currículo se materializa e acontece também nas salas de aula, nas bibliotecas, nos museus, nas propostas político pedagógicas, na Internet, nos jogos, na mídia, no cinema, na música, no cotidiano e nas práticas de lazer. Portanto, um currículo está presente no contexto das políticas sociais de esporte e lazer, o que abre um campo de possíveis interseções entre políticas sociais nesse campo e currículo.

Currículo é um tema que merece atenção, dada a sua importância em nossas vidas como uma esfera de constituição dos sujeitos. Mesmo sendo um espaço disciplinar e classificador, por excelência, muitas possibilidades de diálogos podem acontecer nos percursos de um currículo.

Assim, o currículo tem significados que vão além daqueles relacionados as teorias tradicionais. Segundo Silva (2005), o currículo é uma construção social fruto de um processo histórico e não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder nas quais ele está envolvido. Ele está presente em diferentes esferas que vão além dos muros das escolas e das políticas educacionais e apresenta um importante papel formativo na construção dos sujeitos.

Assim, compreendemos o currículo como uma prática cultural que divulga e produz significado sobre o mundo e suas relações. Portanto, é um espaço privilegiado de contestação, conflitos e negociações culturais; como território em que as diferenças culturais existentes são representadas de forma desigual em que diferentes grupos culturais constroem sua identidade. E é a partir do conceito de cultura que Paraiso (2010) aponta a possibilidade de conexão entre lazer e currículo:

É exatamente no campo da cultura que vejo a possibilidade de conexões produtivas entre lazer e currículo. A cultura pode ser esse meio que une os dois objetos, o espaço entre que, ao mesmo tempo que os conecta, permite a diferenciação: cada campo com seus dilemas, suas lutas, seus conflitos e seus problemas. No meio dos dois a cultura como um traçado de união que permite composições e problematizações. Um currículo tem sua existência não somente nas políticas curriculares, nas escolas, faculdades de educação ou nas universidades. Um currículo circula, percorre, move-se e atravessa vários espaços. Um currículo desloca-se, desdobra-se, materializa-se e acontece também nas salas de aula, nas bibliotecas, nos museus, nas propostas político-pedagógicas, nas diferentes formações, na pesquisa educacional, na internet, nos jogos, nas brincadeiras, na mídia, no cinema, na música, na cultura, no cotidiano, nas práticas de lazer (pp. 33-34).

Assim, destacamos a importância de uma análise dos currículos de políticas públicas de lazer sob a luz dos estudos culturais para o entendimento de determinados processos presentes nesse setor, já que para

alguns autores como Giroux (2003) a teorização dos estudos culturais pode ser visualizada como uma forma de política prática.

Segundo Candau; Moreira (2008) uma das características fundamentais das questões multiculturais é exatamente o fato de estarem atravessadas pelo acadêmico e social, a produção de conhecimentos, a militância e as políticas públicas.

Por todas essas questões entendemos que tratar do currículo a partir do aporte dos estudos culturais significa entender o debate sobre “máquinas de ensinar” apresentado por Giroux (1995). Para o autor, convivemos com diferentes “máquinas de ensinar” que disputam com outras “máquinas de ensinar” na produção de significados e de verdades, na intenção de serem fixados e ensinados, nas dimensões culturais a serem divulgadas e preservadas e na formação de pessoas. É nesse contexto que entendemos a conexão entre políticas públicas de esporte e lazer e currículo e consideramos fundamental a análise de propostas de formações desenvolvidas nas Políticas sociais desses campos, tendo em vista que disputam espaços com outras “máquinas de ensinar”.

### **Compreensão de Lazer no Currículo do PELC**

Dos 86 Programas de curso analisados 16 são de módulos introdutórios, 36 de avaliação I e 34 de avaliação II. Ressaltamos que esses cursos foram desenvolvidos por 20 formadores selecionados por edital público e vinculados a diferentes instituições brasileiras, envolvendo universidades e órgãos de governo. Foram selecionados por sua competência nos campos acadêmicos e da gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

Inicialmente identificamos que os conceitos de lazer foram trabalhados em praticamente todos os módulos de formação, sendo incluído tanto nas introdutórias como nas de avaliação. O que demonstra que esse é um elemento central de discussão no contexto da formação do PELC.

Além disso esse dado aponta a necessidade de formulação constante sobre qual a visão de lazer desenvolvida por essa Política social, principalmente porque a visão preponderante no contexto brasileiro é a

do esporte de alto rendimento. Visão essa reforçada pela realização de Megaeventos esportivos que irão acontecer nos próximos anos em cidades brasileiras.

No contexto do Programa analisado, o lazer é discutido sobre a perspectiva apontado por Marcellino (1996; 1987) e Melo e Alves Junior (2003), referencias citadas na maioria das propostas analisadas. Esses autores entendem o lazer como uma dimensão da cultura que possui um tempo específico e que envolve a opção do sujeito pela vivência de diferentes possibilidades de manifestações culturais. Marcellino (1996) aborda ainda o caráter duplamente educativo, tratando o lazer como meio e objeto de educação e como um campo de intervenção pedagógica. Portanto, ao se constituir por essas duas possibilidades, destaca a construção de um processo educativo pautado no desenvolvimento pessoal e social.

No entanto, constatamos a necessidade de fortalecimento do entendimento de lazer porque o tipo de trabalho que se almeja e realiza é voltado para a ampliação das vivências a partir da diversidade de conteúdos, buscando a formação humana que tem ampla relação com o duplo caráter educativo do lazer. Dessa forma, verificamos a presença do lazer no currículo do programa a partir de uma abordagem que o entende de maneira critica, buscando colaborar com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, conforme preconiza a política brasileira de esporte.

A perspectiva de lazer trabalhada aponta para o desenvolvimento de diferentes interesses culturais, que segundo Dumazedier (1979) pode ser classificada em 5 campos fundamentais: os físico-esportivos, os sociais, os artísticos, os manuais e os intelectuais. De Lima Camargo (1986) acrescenta a esses cinco campos um sexto, relacionado aos interesses turísticos. Para os autores, esses campos estão intimamente relacionados, sendo diferenciados apenas para denotar a diversidade cultural que integra o lazer. A classificação pode servir como um referencial para o planejamento de ações como o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Essa classificação foi utilizada no contexto dos Programas analisados e demonstra uma preocupação do lazer para além das atividades físico esportivas, apesar da ação ser desenvolvida por um órgão de governo que tem como preocupação primordial o esporte. Além disso, esse debate ajuda para a compreensão de que o esporte que é desenvolvido pelo Programa está relacionado ao campo da participação e/ou do lazer.

No entanto, cabe ressaltar que as atividades físico esportivas são uma das possibilidades do lazer mais difundidas no contexto brasileiro, tanto no que se refere a vivência quanto á assistência de jogos, participação em atividades físicas, bem como em competições esportivas.

Além disso, é recorrente a utilização da classificação de esporte apresentada por Tubino (2010) que tem servido como referência para as ações do Estado. Tubino (2010) destacou o esporte a partir de 3 âmbitos: Educacional, Rendimento e Participação ou Lazer e portanto, “por comparação e até por consenso que o esporte nos meios educativos, o esporte nos meios populares e comunitários e o esporte institucionalizado abrangeriam todas as possíveis práticas esportivas” (p. 42).

Linhaes (1996) aponta que a divisão proposta por Tubino não dá conta das relações concretas do fenômeno esportivo na sociedade e além do mais, não se desvinculava também do ideal estatal que focava como “fim” o Esporte de Rendimento. Portanto, o que para Tubino (2010) significava um jeito diferente de se fazer do esporte direito de todos, para Linhaes (1996), não apresentava mudanças sobre o “sistema piramidal esportivo” instituído no Brasil.

Observemos que para além da classificação proposta por Tubino (2010) possibilitar a ideia de manutenção do modelo de massificação do esporte ou o modelo piramidal, por meio das 3 dimensões (rendimento, educacional e participação ou lazer) gerou impactos diferentes na gestão da política pública e, principalmente na alocação de recursos públicos. A diferenciação entre as dimensões do esporte colocou na agenda política a necessidade de investimento nesses três níveis do esporte enquanto direito social. No entanto, podemos afirmar que do ponto de vista sociológico a classificação proposta por Tubino pouco auxiliou no

entendimento da complexidade desse fenômeno social. Todavia, ao diferenciar o esporte a partir dos interesses dos atores sociais, ainda que de forma simplificada, possibilitou novos horizontes para disputa política no espaço do campo esportivo.

Os documentos analisados demonstram, ainda, que o Programa tem uma produção bibliográfica própria, que vem sendo desenvolvida ao longo dos 10 anos de sua existência. Essa pode ser um aspecto relevante para uma Política de Esporte e Lazer brasileira, pois em sua história, apesar de diferentes ações realizadas, não temos muitos registros acadêmicos, bem como análises críticas sobre essas atividades. Os textos apontam para uma discussão de esporte e de lazer que se diferenciam de uma abordagem assistencialista entendendo o esporte e lazer não somente como meio, mas também com um fim em si mesmo. E nesse sentido, superam a abordagem “salvacionista” de esporte e lazer que estão presentes na maioria das Políticas Sociais nesse campo.

Analisando as Políticas Públicas de Lazer da Vila da Maré no Rio de Janeiro, Melo (2005), destaca essa perspectiva “salvacionista” que tem seu fortalecimento nos anos 90 com o avanço da pobreza e uma maior visibilidade da violência urbana, creditando ao esporte e ao lazer o papel de redentor da juventude pobre. Nessa concepção conservadora de controle social, prevalece a impressão preconceituosa de que esses jovens teriam uma tendência natural a enveredar-se pelos caminhos das drogas e do crime. O autor ainda reforça que os programas de esporte e lazer, por si, não conseguem resolver problemas sociais tão complexos que requerem ações de ordem política mais incisivas.

A superação dessa visão depende não somente dos processos de formação analisados, mas de uma compreensão da prática dos agentes sociais de esporte e lazer. Essa reflexão tem sido desenvolvida por ações de uma rede de pesquisa construída no Ministério do Esporte para compreender os Programas tanto no que se refere aos discursos dos atores envolvidos como também a realidade concreta das atividades que são realizadas no cotidiano.

Outro aspecto importante que se relaciona com os princípios do Programa Esporte e Lazer da Cidade é a discussão sobre a auto gestão. Os

Programas demonstram que esse foi um tema desenvolvido em todos os momentos da formação e que, portanto, um dos pontos centrais para a continuidade dessa política pública de esporte e lazer. Importante destacar que no contexto brasileiro, são reduzidas as iniciativas que se preocupam com a continuidade de ações de esporte e lazer, tendo na maioria das vezes o caráter de eventos passageiros que não são apropriados pelos grupos e comunidade.

No entanto, a autogestão não pode ser confundida com a participação, pois participar significa engajar-se numa atividade já existente com sua própria estrutura e finalidade. A autogestão visa à transformação e não somente a participação. Segundo Gadotti (1994) autogestão constituem-se em horizonte de construção de relações humanas e sociais civilizadas e justas. Por isso, ambas estão fundadas na ética e nesse sentido, torna-se um desafio na realização de uma Política Pública de esporte e lazer como o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

### **Considerações Finais**

O currículo da formação do programa Esporte e Lazer da Cidade apresenta discursos e, estes, tem efeitos produtivos sobre aquilo que fala. É uma das maneiras de narrar o mundo e, esse mesmo discurso, tem uma função produtiva e constitutiva daquilo que enuncia, daí, sua importância nas políticas públicas e sociais e nas lutas culturais contemporâneas.

Com base nos Programas de formação analisados foi possível chegar a algumas considerações, que estão longe de esgotar a discussão e por isso podem ser enriquecida com outros trabalhos e abordagens. O lazer é um conceito central no processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e que tem sido trabalhado como possibilidade de vivência e construção de valores questionadores da própria ordem social estabelecida, sobretudo no plano cultural. No entanto, não podemos esquecer que o currículo da formação do PELC estabelece disputa com uma compreensão de lazer como uma mercadoria, como mero consumo ajudando a suportar e conviver com uma sociedade injusta.



Outras temáticas são abordadas no currículo da formação do Programa Esporte e Lazer na cidade, tais como: Esporte, políticas públicas, cultura, animação cultural, espaços de lazer das cidades, planejamento de projetos de esporte e lazer, grupos sociais e faixas etárias, avaliação qualitativa e quantitativa. Esses temas merecem ser estudados para uma melhor compreensão, já que por trás de todo currículo existe de forma mais ou menos explícita uma orientação teórica que determina uma série de posições pedagógicas e de valores sociais (Gimeno Sacristán, 2000). Esses “códigos curriculares” se traduzem em diretrizes para a prática e que acabam se refletindo nela.

Por fim, compreendemos que esta análise retrata possibilidades de interação entre o que se pensa e o que se faz, porque as múltiplas relações existentes sobre um currículo, sobre sua organização, sobre seu escopo e sobre o que nele deve constar se diferem porque procedem do encontro entre forças em conflito. Verificar a ocorrência dessas diferenças interpretações em um currículo equivale a verificar a existência de diferentes estados de relações de poder e de diferentes estratégias de governo.

## Referências

- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- Gadotti, M. (1994). A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola. *Seminário Nacional Escola Cidadã: Aprender e Ensinar Participando*. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.
- Gimeno Sacristán, J. (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Giroux, H. (1995). A disneyzação da cultura infantil. In: T. T. da Silva, A. F. Barbosa Moreira & R. Gilbert (Org.). *Territórios contestados: O currículo e os novos mapas políticos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Isayama, H. F.; Linhales, M. A. (Org.) (2006). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lima Camargo, L. O. de (1986). *O que é Lazer?* São Paulo: Brasiliense.
- Linhales, M. (1996). A trajetória política do esporte no Brasil interesses envolvidos,

- setores excluídos. Tese (doutorado) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.
- Marcellino, N. C. (1987). *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados.
- \_\_\_\_\_ (2003). A formação e o desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte. In: Marcellino, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus.
- Medeiros, M. A. (2001). *Trajatória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília: IPEA.
- Melo, V. A. de & Alves Junior, E. D. (2003). *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole.
- Melo, M. P. (2005). *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados.
- Munoz, V. C. (2008). O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. In: Isayama, H. F. & Linales, M. A. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*, pp. 59-99. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Paraíso, Marlucey A. (2010). Currículo e formação profissional em lazer. In: Isayama, H. F. (Org.). *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*, pp. 27-58. Campinas: Papirus.
- Peres, F. A. S. (2013). Currículo e políticas públicas de esporte e lazer: analisando o Programa Esporte Esperança. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. (Dissertação. Mestrado em Estudos do Lazer).
- Pinto, Leila S. de M. (2006). *Políticas participativas de lazer*. Brasília: SESI/DN.
- Rua, Maria das Graças (1997). *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio à Gerência Social do Brasil. BID.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2005). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte/Minas Gerais: Autêntica.
- Tavares, G. H.; Schwartz, G. M.; Figueiredo, J. de P.; Palhares, M.F.D. (2012, jul/dez). Vantagens organizacionais da gestão da informação e do conhecimento em um sistema público: o caso da Rede Cedes/ME. *Podium: Sport, Leisure and Tourism Review*, 1 (2), 61-77, São Paulo.
- Tubino, M. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educação*. Maringá: EDUEM.